

O SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE (SIMAIS) E O USO DOS SEUS RESULTADOS

Ana Cecília de Medeiros Costa Garcia
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
ana20241000070@alu.uern.br

Leila Maia Custódio Dantas
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
leila20241000188@alu.uern.com.br

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 ampliou os direitos sociais no Brasil, incluindo a educação como um direito fundamental, estabelecendo a "garantia do padrão de qualidade" (Coelho, 2008; Horta Neto, 2008). Contudo, políticas de ajuste fiscal pós-1988 tensionaram essas garantias constitucionais, priorizando a eficiência e a produtividade em detrimento da democratização do ensino, com foco no desempenho aferido por testes padronizados (Oliveira; Araújo, 2005).

Nesse contexto, os serviços públicos, incluindo a educação, passaram a ser mensurados por indicadores de desempenho apresentados em rankings baseados em critérios de custo-benefício (Dardot; Laval, 2016). Essa lógica consolidou as avaliações em larga escala, fortalecidas nos anos 1990 com a Reforma do Estado alinhada aos princípios da Nova Gestão Pública (Abrúcio, 2006).

Segundo Diniz (2020), essas avaliações, inicialmente federais, foram incentivadas também em estados e municípios. O Rio Grande do Norte foi um dos últimos estados, da região do Nordeste, a aderir a este sistema, sendo criado, em 2016, o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional (Simais), financiado pelo Banco Mundial e que reflete demandas de reformas neoliberais, promovendo práticas fundamentadas em produtividade, meritocracia e individualismo.

A escassez de estudos sobre o Simais destaca e justifica a relevância dessa pesquisa no mestrado acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC/UERN). O foco é analisar como os resultados são utilizados pelas diretorias regionais, buscando compreender sua possível contribuição para a melhoria da qualidade educacional no Estado.

O SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Para entender a expansão dos sistemas de avaliação em larga escala na educação básica, em especial do Rio Grande do Norte, faz-se necessário abordar as transformações políticas e econômicas na administração pública brasileira decorrentes da Reforma do Estado, que a partir dos princípios da Nova Gestão Pública, propunha um Estado mais ágil e eficiente (Abrúcio, 2006; Bresser Pereira, 2006). Uma reforma fundamentada em ideais neoliberais que restringiram a atuação direta do Estado na prestação de serviços (Dardot; Laval, 2006). Na educação, essa lógica reestruturou o setor, priorizando eficiência e responsabilização.

Afonso (2009) destaca que a descentralização da gestão educacional e os mecanismos de responsabilização redefiniram a qualidade do ensino em termos de resultados mensuráveis, valorizando padrões organizacionais que divulgam esses resultados. Nesse contexto, emergem os sistemas avaliativos como instrumentos essenciais para as reformas educacionais, como é o caso do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), consolidado e com maior relevância a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), passando a ser utilizado como alicerce para políticas públicas e como componente para o cálculo do IDEB, o qual foi lançado em 2007, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Com íntima relação com o Saeb, a implementação do Simais ocorre no âmbito do projeto RN Sustentável, financiado pelo Banco Mundial, que visava modernizar a gestão pública e reduzir desigualdades sociais (Diniz, 2020). Durante a gestão Rosalba Ciarlini (2011–2014), os primeiros passos foram dados, mas a implementação efetiva ocorreu na gestão Robison Farias (2014–2018), com a contratação de consultorias de empresas privadas, principal foco da ideologia neoliberal, para consolidar o sistema. Inicialmente gerido pela Avalia Educacional Ltda., o Simais foi posteriormente transferido para o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF), que assumiu a administração do modelo.

O Simais aplica testes de Língua Portuguesa e Matemática nos 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e na 3ª série do Ensino Médio, além de questionários socioeconômicos voltados a gestores, professores e estudantes. Os resultados, fundamentados na Teoria de Resposta ao Item (TRI), são apresentados em uma escala de

proficiência que permite diagnósticos detalhados, que subsidia decisões pedagógicas e políticas (Melo; Santos, 2024). No entanto, o RN enfrenta desafios persistentes, quando em 2021, seu Ensino Médio obteve o pior Ideb do Brasil, reforçando a necessidade de pesquisas que analisem a eficácia de sistemas como o Simais, uma vez que há uma lógica meritocrática que pressupõe que: quanto mais se avalia, mais se busca a qualidade.

METODOLOGIA

A pesquisa está sendo realizada mediante a abordagem qualitativa, buscando, por meio desse enfoque, alcançar êxito no objetivo traçado. Também se optou por realizar o Estado do Conhecimento, para identificar e categorizar a produção científica sobre o Simais, destacando as principais contribuições da literatura acadêmica. Esse levantamento fundamentou o entendimento sobre o sistema e sua aplicação no RN.

Com base na fundamentação teórica, a pesquisa avançará para a análise dos resultados do Simais e como estão sendo utilizados pelas diretorias regionais, as quais serão selecionadas de acordo com os padrões de desempenho do sistema entre 2017 e 2023. Nesse sentido, ao observar os desafios e perspectivas que emergem desses resultados e considerando a demanda gerada pelo discurso da qualidade da educação, a entrevista semiestruturada será o instrumento principal para subsidiar o debate em torno do objeto de estudo. Esse instrumento permitirá uma exploração aprofundada das percepções dos atores sociais, favorecendo uma análise ética e metodológica (Poupart, 2012). Os dados serão complementados por análises de documentos oficiais e bancos de dados disponibilizados pelas Direcs.

A análise dos dados seguirá as orientações de Bardin (2016) sobre análise de conteúdo, permitindo a categorização e interpretação dos materiais coletados, que buscará não apenas interpretar os dados, mas também identificar padrões e inferências que contribuam para uma compreensão mais ampla das implicações do Simais.

CONCLUSÃO

Os resultados preliminares indicam que o Simais se insere em uma lógica gerencialista que prioriza a eficiência e a responsabilização, mas os impactos práticos no trabalho pedagógico e na gestão pública permanecem pouco explorados. É essencial ampliar o debate sobre como as políticas de avaliação influenciam a realidade educacional no Rio Grande do Norte.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. *In*: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter Kevin (Org.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- AFONSO, A. J. Para uma conceitualização alternativa de accountability em educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, abr./jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000200008>. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/20710> Acesso em: 08 dez. 2024.
- BRESSER PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. *In*: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter Kevin (Org.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CABRAL NETO, A. Mudanças contextuais e as novas regulações: repercussões no campo da política educacional. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 42, n. 28, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4051>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- COELHO, M. I. M. **Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008.
- DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DINIZ, Felipe Daniel Barros. **Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação do Rio Grande do Norte** e as políticas de avaliação educacional: da formulação à implementação. Orientador: Luciane Terra dos Santos Garcia. 2020. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.
- HORTA NETO, João Luiz. Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005. **Revista Iberoamericana de Educación**, [S. l.], v. 42, n. 5, p. 1–14, 2007. DOI: 10.35362/rie4252398. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/2398>. Acesso em: 13 ago. 2024.
- MELO, Danila Vieira de; SANTOS, Ana Lúcia Felix dos. Accountability educacional e aproximações entre os sistemas estaduais de avaliação. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 70, p. e25507, 2024. DOI: 10.5585/eccos.n70.25507. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/25507>. Acesso em: 08 dez. 2024.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de e ARAUJO, Gilda Cardoso de. **Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação**. Revista Brasileira de Educação, v. jan./fe/mar./abr. 2005, n. 28, p. 5-23, 2005 Tradução. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782005000100002>. Acesso em: 23 jun. 2024.

POUPART, Jean. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. *In*: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian e OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. set./dez. 2010. 793-822, 2010 Tradução. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0100-15742010000300007>. Acesso em: 26 jun. 2024.